Caderno Virtual de Turismo

Artigos Originais
VOL. 25, NÚM. 3, ISSN: 1677-6976
P. 53-74

Sistemas produtivos localizados e os arranjos produtivos locais como potencial para o turismo rural: o caso de Joinville (SC)

Localized production systems and local production arrangements as potential for rural tourism: the case of Joinville (SC)

Sistemas de producción localizados y arreglos de producción local como potencial para el turismo rural: el caso de Joinville (SC)

Marinês da Conceição Walkowski
Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, PR, Brasil
marinesw@gmail.com

Leonilo Alves de Abreu
Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, PR, Brasil
leoniloalves@hotmail.com

DOI: doi.org/10.18472/cvt.25n3.2025.2224

RESUMO:
A produção associada ao turismo pode ser considerada uma estratégia de inclusão social, à medida que permite que pequenas empresas e/ou iniciativas formais e informais façam parte de uma cadeia e o território adquire condições de se tornar mais competitivo e turismo no espaço rural para possibilitar o fortalecimento e a diversificação da oferta turística de Joinville. O objetivo desta pesquisa foi analisar o potencial dos sistemas produtivos localizados e dos arranjos produtivos locais para o turismo rural em Joinville-SC. A pesquisa utiliza métodos qualitativos e quantitativos, por meio de estudos de campo, observações e levantamentos de dados qualitativos e quantitativos (entrevista semiestruturada e questionário estruturado), o uso do sensoriamento remoto e fotointerpretação de imagens, geoprocessamento e SIG. Como metodologia de análise, foi utilizada a pesquisa exploratória e descritiva. Os resultados encontrados foram analisados utilizando a técnica de análise de conteúdo. Nos resultados, foram elaborados mapas com a caracterização dos arranjos produtivos locais, onde são demonstrados potenciais de cooperação com base nos elementos que interferem na infraestrutura, atrativos naturais e culturais que existem e que poderão compor o produto turístico do espaço rural de Joinville.

PALAVRAS-CHAVE:
Sistemas produtivos localizados; Arranjos Produtivos Locais; Turismo rural; Joinville.

ABSTRACT:
Tourism-related production can be considered a strategy for social inclusion, as it allows small businesses and/or formal and informal initiatives to be part of a chain and the territory acquires the conditions to become more competitive and tourism in rural areas to enable the strengthening and diversification of Joinville's tourism offering. The objective of this research was to analyze the potential of localized production systems and local production arrangements for rural tourism in Joinville-SC. The research uses qualitative and quantitative methods, through field studies, observations and surveys of qualitative and quantitative data (semi-structured interviews and structured questionnaires), the use of remote sensing and photointerpretation of images, geoprocessing and GIS. As an analysis methodology, exploratory and descriptive research was used. The results found were analyzed using the content analysis technique. The results included maps characterizing local production arrangements, demonstrating potential for cooperation based on elements that affect infrastructure, natural and cultural attractions that exist and that could make up the tourism product of Joinville's rural area.

KEYWORDS:
Localized production systems; Local production arrangements; Rural tourism; Joinville.

RESUMEN:
La producción asociada al turismo puede considerarse una estrategia de inclusión social, ya que permite que pequeñas empresas y/o iniciativas formales e informales formen parte de una cadena y el territorio adquiera condiciones para volverse más competitivo y el turismo en las zonas rurales posibilitar el fortalecimiento y diversificación. de la oferta turística de Joinville. El objetivo de esta investigación fue analizar los potenciales sistemas de producción localizados y arreglos de producción local para el turismo rural en Joinville-SC. La investigación utiliza métodos cualitativos y cuantitativos, a través de estudios de campo, observaciones y levantamientos de datos cualitativos y cuantitativos (entrevistas semiestructuradas y cuestionario estructurado), el uso de teledetección y fotointerpretación de imágenes, geoprocesamiento y SIG. Como metodología de análisis se utilizó la investigación exploratoria y descriptiva. Los resultados encontrados fueron analizados mediante la técnica de análisis de contenido. En los resultados, se elaboraron mapas con la caracterización de arreglos productivos locales, donde se demuestran potencialidades de cooperación a partir de los elementos que interfieren en la infraestructura, atractivos naturales y culturales que existen y que podrían configurar el producto turístico del espacio rural de Joinville.

PALABRAS CLAVE:
Sistemas de producción localizados; Arreglos de producción local; Turismo rural; Joinville.

1. Introdução

As políticas agrárias surgiram nos últimos anos na tentativa de oferecer condições de vida mais dignas aos agricultores e suas famílias.

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), de acordo com o último Censo Agropecuário (2017), 77% dos estabelecimentos rurais (3,9 milhões) são da Agricultura Familiar, comercializando a produção de 3,2 milhões de agricultores familiares ativos e aptos a acessar as políticas públicas do governo. Estes dados demonstram o papel primordial da agricultura familiar na economia do país, servindo de base para se pensar em políticas de desenvolvimento territorial sustentável.

As políticas públicas para o turismo não só influenciam a atratividade dos destinos, mas também moldam o modo como as comunidades locais participam e se beneficiam desse setor (Viana, 2023). Nesse contexto, a análise crítica do Programa de Regionalização do Turismo (PRT, Ministério do Turismo [MTUR], 2004) não se limita a uma abordagem isolada, mas representa reflexão sobre a atuação governamental na promoção de um turismo economicamente viável, socialmente inclusivo e ambientalmente responsável.

Para Araújo e Pires, (2023, p. 5), no Brasil os estudos sobre aglomerações produtivas e Arranjos Produtivos Locais (APLs), vêm sendo incentivadas por órgãos públicos de fomento à pesquisa como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDS), Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e sua agências: financiadora de estudos e projetos (FINEP) e conselho nacional de desenvolvimento científico e tecnológico (CNPq). Também há a atuação da Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (REDESIST), Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e o centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR-UFMG).

Esta pesquisa é resultado de algumas análises de uma tese de doutorado, destacando o uso de diferentes ferramentas de geoprocessamento de dados. O objetivo desta pesquisa foi analisar o potencial dos sistemas produtivos localizados e dos arranjos produtivos locais para o turismo rural em Joinville-SC.

A pesquisa realizada utiliza métodos qualitativos e quantitativos, por meio de estudos de campo, observações e levantamentos de dados (entrevista semiestruturada e questionário estruturado), o uso do sensoriamento remoto e fotointerpretação de imagens, geoprocessamento e SIG. Os resultados encontrados foram analisados utilizando a técnica de análise de conteúdo.

1.1 A influência da política pública no fortalecimento do turismo rural

A noção de territórios sustentáveis em zonas rurais está vinculada à descentralização político-administrativa do Estado, deflagrada pela Constituição de 1988, que deu maior autonomia política e fiscal, aos municípios. Contudo, observou-se a necessidade de se buscar novos arranjos institucionais para o fortalecimento de parcerias e efetivação de ações entre os municípios, afetados pela falta de sinergia entre os setores econômicos, especialmente em municípios rurais. Dentre as principais iniciativas dos últimos anos, está o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado em 1996 e considerado um marco histórico de reconhecimento da agricultura familiar no Brasil. O PRONAF pode ser considerado, em termos de recursos públicos, o mais importante programa de crédito voltado para a agricultura familiar. Esta iniciativa é classificada de acordo com a renda, fortalecendo a capacidade produtiva mediante a concessão de taxas diferenciadas. Suas bases são sustentadas nas noções de eficiência e ganhos de produtividade, incorporando marginalmente a preocupação com o desenvolvimento sustentável e na identidade e diversificação da produção (Leite & Bonnal, 2011).

Em 2003, o Ministério do Turismo, com base no envolvimento de parcerias públicas, privadas e setores organizados, estabelece as Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil. Estas diretrizes estão vinculadas ao Programa de Regionalização do Turismo, cujo objetivo é trabalhar a atividade turística de modo integrado e participativo, sempre considerando os arranjos produtivos de cada território. Além disso, visa fortalecer os laços comunais e vicinais, reforçar a coesão social, a cooperação produtiva e a valorização dos elementos naturais e culturais, respeitando as singularidades, com vistas aos benefícios para as comunidades.

Em 2007/2008, surge a Rede de Turismo Rural na Agricultura Familiar (REDE TRAF), que se constitui em uma articulação nacional de instituições governamentais e não governamentais, técnicos e agricultores familiares organizados, que atuam nas atividades do turismo rural com o objetivo de fortalecer a agricultura familiar e promover o desenvolvimento rural sustentável (MDA, 2006).

Em Santa Catarina, foi sancionada pelo Governador do Estado, a Lei n° 14.361, de 25 de janeiro de 2008, definindo a política estadual de Apoio ao Turismo Rural na Agricultura Familiar (TRAF) e o decreto no 1.559 de 03 de abril de 2018 do Microprodutor Rural (Santa Catarina, 2018). Essa política pública envolve diversas entidades e instituições relacionadas

com o TRAF estadual. A Lei TRAF, reconhece o turismo como uma atividade da propriedade agrícola e, o decreto, a emissão de documento fiscal - nota eletrônica de microprodutor - para os serviços de hospedagem, alimentação, venda de produtos, sem que o agricultor perca sua condição de agricultor familiar e os benefícios de seguridade social vinculados a esta categoria.

Também surgiu por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Ministério do Turismo, a Rede de Nacional de Turismo Rural, cujo objetivo é alavancar o segmento de turismo rural e promover sua interação com outros segmentos (BRASIL, 2011). A partir do Plano Nacional de Turismo (PNT) 2003-2007, foi enfatizada a opção por um modelo de gestão pública descentralizada e participativa, embora poucos foram os seus reais resultados para o desenvolvimento do turismo nacional (Lima & Silva, 2019; Lima, Irving & Oliveira, 2022).

O PNT (2013/2016), também prevê algumas ações voltadas à valorização da produção associada ao turismo, que visam integrar a produção associada à cadeia produtiva, a promoção e comercialização, o apoio a projetos para o desenvolvimento de atividades turísticas, além de metodologias inovadoras e de incentivo à formação de redes que garantam a sustentabilidade das iniciativas locais. Esta ação tem por finalidade contribuir para a diversificação da oferta com o incremento de diferencial competitivo de destinos e roteiros turísticos a partir do fomento ao turismo de base comunitária e apoio a projetos ou ações para o desenvolvimento local e sustentável do turismo, por meio da organização e qualificação da produção, melhoria da qualidade dos serviços, incentivo ao associativismo, cooperativismo, empreendedorismo, formação de redes, estabelecimento de padrões e normas de atendimento diferenciado e estratégias inovadoras, para inserção destes produtos na cadeia produtiva do turismo, particularmente com relação a produtos e serviços turísticos de base comunitária com representatividade da cultura local, valorização do modo de vida ou defesa do meio ambiente (PNT, 2013).

No atual PNT 2024-2027, o turismo como protagonista do desenvolvimento sustentável e socialmente inclusivo, se torna um marco na política nacional de turismo da atualidade, ao abordar o contexto da inclusão. O Plano está alinhado com os eixos e objetivos do Plano Plurianual 2024-2027 e inciativas do governo federal que visam “defender e garantir condições de vida com dignidade, a plena participação e inclusão na sociedade, e a igualdade de oportunidades a todas as pessoas na atividade turística” (MTur, 2024, p. 25). Embora não aborde a temática da produção associada ao turismo diretamente, poderá contribuir com a maior efetivação e consolidação de territórios sustentáveis.

Para Veiga et al. (2003), o espaço rural necessita de um arranjo institucional que ajude articulações intermunicipais a diagnosticar os principais problemas rurais de suas respectivas microrregiões, visando planejar ações de desenvolvimento integrado e captar os recursos necessários à sua execução. Ou seja, é uma estratégia para encorajar os municípios rurais a se associarem com o objetivo de valorizar o território compartilhado. Estas iniciativas tiveram, em sua maioria, bases voltadas para a importância de ações articuladas, da cooperação e solidariedade entre os envolvidos, servindo de incentivo às iniciativas de arranjos produtivos locais.

1.2 A evolução dos sistemas produtivos localizados e os arranjos produtivos locais

Os sistemas produtivos locais surgiram a partir das teorias de Marshall (1988), em que se destaca o conceito de indústria localizada em função da localização e concentração de firmas, onde posteriormente foi conceituado como distritos industriais. A característica das indústrias localizadas em relação às demais é com relação aos benefícios alcançados na produção de maquinário, insumos consumidos, gerando eficiência coletiva que, por meio do trabalho especializado, é possível obter redução dos custos de transporte, proximidade do mercado consumidor, gerando externalidades positivas. A eficiência coletiva ou vantagem competitiva se dá em função das ações conjuntas manifestadas por firmas individuais cooperando e grupos de firmas reunindo forças em associações empresariais, consórcios de produtos, entre outros (Garcia & Costa, 2005, Desjardins, Boucher & Cerdan, 2006).

Para Bonnal, Cazzella e Delgado (2011), com base nas experiências dos distritos italianos, constituídos por redes de pequenas e médias empresas (PME), fato conhecido como a "Terceira Itália", apresentou uma dinâmica de desenvolvimento particular por meio do modelo de industrialização difusa deixando clara a importância do planejamento territorial, e identificou-se que as relações de solidariedade ocasionam um clima favorável ao desempenho da produção e à capacidade de inovação. Isso ocorre, por meio de uma concentração de atores econômicos capazes de coordenar suas atividades produtivas. Porém, observa-se que a reprodução deste tipo de dinâmica territorial, envolvendo a noção de clusters e de sistemas produtivos localizados, passa a ser limitado devido à dificuldade de se criar um capital cognitivo coletivo de forma exógena – quando a iniciativa ocorre de fora para dentro, voluntária e rápida.

A noção de Sistema Produtivo Local compreende as dinâmicas rurais e favorece a dialética entre o isolamento comunitário e a abertura para o exterior. A primeira aplicação desse

sistema ocorreu no setor de turismo, por meio de uma análise das estações de inverno, onde foi observado um conjunto de pequenas empresas, concorrentes, porém, independentes em termos de manutenção, e onde as famílias exercem um papel importante nas atividades produtivas (Perret, 1992 como citado em Courlet, 2006).

A partir da década de 90, e com base na evolução conceitual dos Sistemas Produtivos Localizados, o termo Arranjo Produtivo Local passou a ser utilizado com maior frequência como sendo um espaço social, econômico e historicamente construído a partir de uma aglomeração de empresas (ou produtores) similares e/ou fortemente inter-relacionadas, ou interdependentes, que interagem numa escala espacial local definida e limitada através de fluxos de bens e serviços (Costa, 2010).

Este conceito passou a evoluir desde que os chamados "novos espaços produtivos" foram postos em debate com o surgimento da chamada era da flexibilidade formada por uma nova visão de integração e interação dos processos multidimensionais e interdependentes, compondo um Sistema Industrial Pós-Moderno ou Regime de Acumulação Flexível (Costa, 2010). Em função dos efeitos gerados por essa discussão, surgiu a Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (REDESIST), sediada no Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, desde 1997. A noção de cadeia produtiva é criada inicialmente por meio de um processo de desverticalização da produção e pela especialização técnica e social. A contribuição dessa rede pode ser observada com a elaboração de um glossário onde são apresentados os principais conceitos e definições acerca da temática.

Segundo o Glossário de Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais – APLs (2003), a aglomeração de empresas e o aproveitamento das sinergias geradas por suas interações fortalecem e constituem importante fonte de vantagens competitivas. A participação dinâmica em arranjos produtivos locais tem auxiliado empresas, especialmente as de micro, pequeno e médio portes, a aumentarem a eficiência em mercados nacionais e internacionais. Já os arranjos produtivos locais são aglomerados territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais - com foco em um conjunto específico de atividades econômicas – que apresentam vínculos, mesmo que incipientes. Os APLs também podem ser considerados como uma plataforma de governança por conta dos vínculos cooperativos e interorganizacionais que estabelecem em torno de um aglomerado setorial específico, que serve de base para construção de convenções e identidades comuns localizadas (Fuini, 2012).

Cassiolato et al. (2008) destaca que no Brasil as políticas voltadas para o APL ocorreram com a criação de um grupo de trabalho permanente para arranjos produtivos locais (GTPAPL)

no âmbito do Ministério do Desenvolvimento (MDIC) e a ação da política regional no âmbito do Ministério da Integração Nacional, visando ampliar a competitividade e sustentabilidade econômica dos APL. Contudo, o APL tem ocorrido em um contexto em que é observado o abandono por parte da política, tornando-se incipientes em termos de número, características de atores e dinâmicas; inadequação de vários mecanismos de políticas implementadas; necessidade de aperfeiçoamento e burocracias legais de financiamentos. Tal fato pode ser fruto da adoção de políticas descontextualizadas. Essa realidade tem sido comum na maioria dos destinos, gerando diversos conflitos e segregação populacional.

2. Procedimentos metodológicos

Para esta pesquisa, utilizou-se métodos qualitativos e quantitativos, por meio de estudos de campo, observações e levantamentos de dados qualitativos e quantitativos (entrevista semiestruturada e questionário estruturado), o uso do sensoriamento remoto e fotointerpretação de imagens, geoprocessamento e SIG. Como metodologia de análise, foi utilizada a pesquisa exploratória e descritiva. Os dados foram coletados no Município de Joinville a partir de pesquisa documental, pesquisa bibliográfica em livros e periódicos nacionais e internacionais, entrevista semiestruturada e questionário estruturado e observação indireta em campo. A entrevista semiestruturada e questionário estruturado foram aplicados em propriedades com potencial turístico, pertencentes às Bacias Hidrográficas do rio Cubatão do Norte e rio Piraí, durante os anos de 2013 a 2014, e que compõem a caracterização das unidades familiares nas Bacias hidrográfica rio Cubatão do Norte e Piraí.

As principais ferramentas utilizadas para analisar o potencial dos sistemas produtivos localizados e dos arranjos produtivos locais para o turismo rural em Joinville-SC, foram: o sensoriamento remoto, o uso de produtos fotogramétricos e fotointerpretação, o geoprocessamento e o sistema de informações geográficas. Para se coletar dados relativos à caracterização das unidades familiares, foi elaborado um questionário que teve como meta localizar e coletar as informações no município para alimentar um SIG estruturado com as seguintes questões: a relação do número da amostra; a caracterização da propriedade familiar; a localização aos meios de acesso, aos usos do solo, as condições jurídicas, a infraestrutura, e as condições de saneamento como, por exemplo, abastecimento de água, destino do lixo, entre outros. Também foram coletadas informações sobre o padrão demográfico, a descrição das cadeias e produtos principais, bem como as práticas produtivas locais. A disponibilidade de

apoio financeiro às unidades familiares; instituições de apoio que atuam na área; e a percepção de meio ambiente. Identificou-se o potencial para atividade turística; a infraestrutura mínima para receber visitantes; e adequação das instalações aos equipamentos próximos da propriedade (os meios de hospedagem existentes, principais estabelecimentos integrantes da rede de estabelecimentos gastronômicos, agências de viagens, operadoras, equipamentos de lazer e entretenimentos - casas de shows, estádios, parques, exposições, entre outros), onde foram observadas as belezas cênicas. Foi levantado se a propriedade possui potencial para atividade turística com algum atrativo natural ou cultural que pudesse despertar ainda mais o interesse de visitantes, como: cachoeiras, edificações antigas, artesanato local, culinária típica, entre outros (Walkowski, 2014).

Também foi elaborado um roteiro de entrevista não estruturada por meio de questões abertas. As questões elaboradas foram referentes à existência de planos e projetos em andamento e futuros; se recebem recursos do governo federal ou estadual; a existência de ações em conformidade com as políticas de turismo estaduais e federais; a participação do órgão responsável pelo turismo na Instância de Governança; quais áreas e setores necessitam de investimento para um melhor desenvolvimento da entidade; a relação da entidade com as demais instituições de gestão territorial; a relação das entidades com os empreendimentos da área de turismo e comunidade, levando em consideração a frequência em reuniões, ações conjuntas, relação com o conselho municipal de turismo; a existência de um sistema de avaliação de indicadores turísticos do município e como são coletadas as informações (Walkowski, 2014).

Os materiais utilizados foram obtidos no Sistema de Informações Municipais Georreferrenciadas (SIMGeo) de Joinville e referem-se à Restituição Aerofotogramétrica de 2010 e arquivos digitais do tipo Shapefile dos pontos turísticos das Bacias Hidrográficas do rio Cubatão do Norte e rio Piraí. Os documentos utilizados foram os relatórios disponibilizados pelas instituições de gestão territorial e a Fundação Turística e Secretaria Municipal de Planejamento (SEPLAN), que trouxeram informações como: a estrutura fundiária, curvas de nível, divisa de bairros, divisa de distrito, hidrografia, vegetação, vias, rodovias e estrutura fundiária.

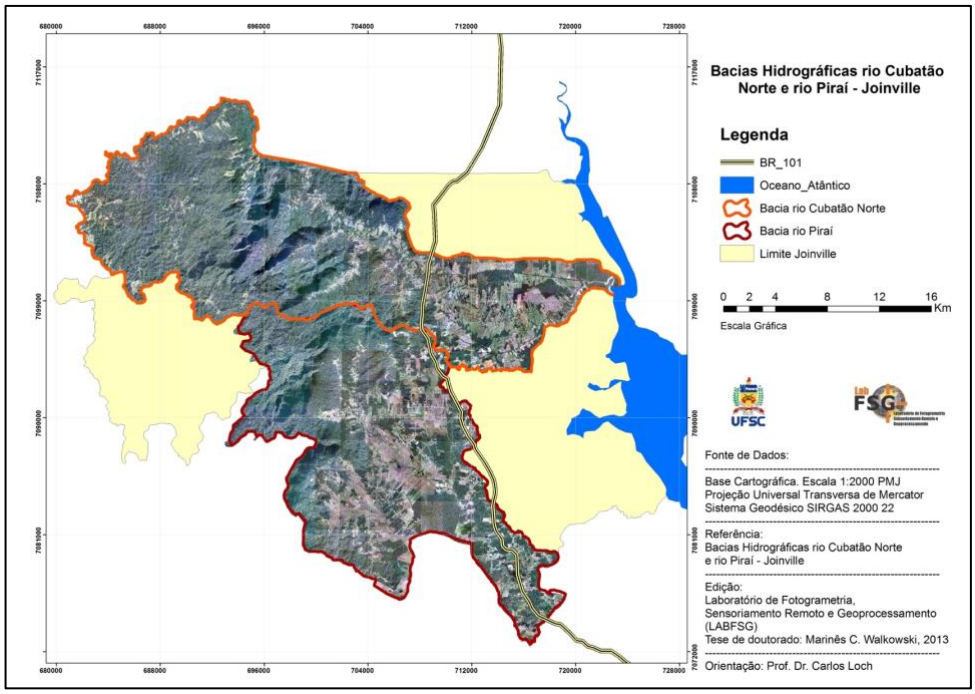
3. Análise e discussão de dados

Os resultados da pesquisa foram obtidos com a aplicação de diferentes etapas. Foram aplicados 22 questionários com agricultores, dentro e fora das unidades familiares nas localidades do Rio Piraí, Rio Quiriri, Rio da Prata e Dona Francisca. As saídas a campo foram realizadas em dezembro de 2011 e o questionário foi aplicado pela equipe do Laboratório de Fotogrametria, Sensoriamento Remoto e Geoprocessamento.

As entrevistas foram realizadas nos dias 22 e 23 de novembro de 2012, com os principais representantes e membros das seguintes entidades: Fundação Eco Rural, Fundação de Promoção e Planejamento Turístico de Joinville (PROMOTUR), Associação dos Proprietários de Terras da Mata Atlântica com Recursos Hídricos (APROAGUA), Associação Joinvillense de Agroindústrias Artesanais Rurais (AJAAR) e Fundação Municipal de Desenvolvimento Rural 25 de Julho. Os dados também foram complementados a partir de informações secundárias nos inventários turísticos existentes, relatórios oficiais, sites oficiais e demais publicações especializadas do município – cedidos pelos membros das referidas instituições de gestão territorial.

Em Joinville, o espaço rural possui uma área de 898 km2, representando 81% no município, que possui uma área de 1.134,03 km2. A bacia hidrográfica do rio Piraí possui uma área de 311,37 km2, representando 27% do município e a bacia hidrográfica do rio Cubatão Norte possui uma área de 490,72 km2 e representa 43%. Para esta pesquisa adotou-se a amostra não proporcional utilizando-se de unidades homogêneas de paisagem que representam um extrato da produção artesanal, agropecuária e patrimônio cultural localizadas nas bacias de estudo, representativo das famílias de agricultores ou empreendedores no espaço rural que já trabalham com a produção associada ao turismo ou que possuem potencial para tal atividade, indicada pelas instituições de gestão territorial. O recorte de análise da área é norteado pelas Bacias Hidrográficas do rio Cubatão do Norte e do rio Piraí – dentro dos limites do município de Joinville, ambas pertencentes à Área de Proteção Ambiental (APA) Serra Dona Francisca, demonstradas no mapa 01. No Brasil, foi promulgada a Lei n° 9.433 em 1997 – denominada a Lei das Águas, que considera a Bacia Hidrográfica como uma unidade de gestão dos recursos hídricos, justificando sua escolha como objeto de estudo nessa pesquisa (Walkowski, 2014).

Figura 1
Mapa bacias Hidrográficas do rio Cubatão do Norte e rio Piraí – Joinville.



Fonte: Adaptado de SIMGEO-PMJ, 2013.

A gestão territorial propicia a aplicabilidade de variáveis que subsidiam o reconhecimento do espaço, articulando projetos e promovendo ações que fortalecem o processo de desenvolvimento de uma determinada localidade. Tal fato reproduz a necessidade de se elaborarem metodologias de estudos, integrando a comunidade, atores político-administrativos, empresas privadas e o universo técnico científico, visando estabelecer laços significativos de progresso (Rech, 2009).

A definição que melhor caracteriza as relações de espaço e território é a de que, a partir das atividades produtivas, compostas pelas relações de proximidade entre os atores econômicos, acabam gerando sinergias e resultam em vantagem competitiva em relação ao exterior. Observam-se duas vertentes: de um lado, os fenômenos de concentração territorial de empresas e seus efeitos econômicos e sociais e, do outro lado, a construção de projetos econômicos territorializados (Leite & Bonnal, 2011; Carriére & Cazella, 2006).

Joinville é considerada a maior cidade do Estado com população 515.288 mil habitantes, com uma área global do município de 1.134,03 km², responsável por 20% das exportações e o 3º polo industrial da região sul do Brasil. As suas etnias são representadas pela população luso-brasileira, negra, alemãs, suíços, noruegueses, austríacos, suecos, dinamarqueses, belgas e holandeses, franceses e italianos. O espaço rural de Joinville é marcado pela presença da

agricultura familiar, cerca de 97% das propriedades possuem menos de 50 hectares. Sua produção principal é de arroz irrigado, banana e hortaliças. Municípios com características rurais são representados pela maior concentração de elementos naturais e predomínio de atividades agrícolas (Marafon & Costa, 2020), incluindo turismo no espaço rural. Neste sentido, Joinville, apesar da proximidade com o espaço urbano, possui atividades de turismo no espaço rural inseridas em áreas das Bacias Hidrográficas do rio Cubatão do Norte e do rio Piraí, ambas pertencentes à Área de Proteção Ambiental (APA) Serra Dona Francisca.

A área rural total é de 89.549 ha, dividida em lavouras, reflorestamentos, pastagens e florestas. Além disso, há destaque para a piscicultura, pesca artesanal, apicultura e as agroindústrias. Outra atividade que tem se desenvolvido é o turismo rural com destaque para as seguintes regiões: Estrada Bonita, Piraí, Quiriri, Dona Francisca (com as estradas rurais do Pico, da Prata, do Izaack, do Rio do Júlio e da Mildau). A Estrada da Ilha, que ainda está sendo diagnosticada (IPPUJ, 2009). Outro destaque é o projeto de turismo pedagógico chamado Viva Ciranda, coordenado pela Fundação de Promoção e Planejamento Turístico de Joinville (Promotur) e com o apoio da Secretaria de Educação (PLANO DE MANEJO DA APA DONA FRANCISCA, 2012).

A bacia hidrográfica do rio Cubatão do Norte abrange três unidades distintas: o planalto, as escarpas da Serra do Mar e a planície costeira. Foram identificadas quatro unidades distintas na BHRC como unidades homogêneas de paisagem (UHP) recebendo as seguintes denominações: UHP – Serra Dona Francisca localizada nas escarpas da Serra Geral, UHP – Dona Francisca localizada no planalto, UHP - Quiriri também localizada no planalto e UHP – Estrada da Ilha localizada na planície costeira.

As propriedades com produção associada ao turismo, nas bacias hidrográficas, se destacam pela beleza paisagística e diversidade de potenciais existentes nas mais diversas culturas, expressas na produção do artesanato, da produção agropecuária, piscicultura, apicultura e pelo próprio patrimônio construído.

A oeste do município, localiza-se a bacia hidrográfica do rio Piraí, cuja população é de 58.004 habitantes, representando 12,1% do município de Joinville. É uma área de cultivo de arroz, a qual é utilizada para a rizicultura desde a colonização. Nesta unidade homogênea, apesar dos problemas existentes pelas inundações e práticas inadequadas de produção, a região se destaca pela prestação de serviços ligados ao turismo e pelos espaços comercializados por hotéis fazenda, pesque-pague, pousadas e recantos e lazer em geral. Na bacia do rio Piraí

observa-se um número maior de UHP, que corresponde ao potencial existente, ainda pouco explorado.

Após a caracterização da produção associada ao turismo, foi possível conhecer as unidades familiares e empreendimentos que compõem o território. Os pontos da amostra da pesquisa, são representados por 17 propriedades, divididas nas bacias hidrográficas do rio Cubatão do Norte e rio Piraí:

Tabela 1
Propriedades da amostra da pesquisa

1 . Família Ross	10 . Helbert Sult
2 . Família Pogan	11 . Ivone Voght e Osvaldo Voght
3 . Família Polzin	12 . Apiário Pfau
4 . Família Jacob	13 . Rancho Pé da Serra
5 . Família Schroeder	14 . Neitzel Plantas
6 . Rancho Alegre	15 . Agrícola da Ilha
7 . Alambique Fleith	16 . CTG Chaparral
8 . Fazenda Xanadú	17 . Propriedade Indalécio Sumech
9 . Agroindustria Lilian Hartman Goudard	

Fonte: Dados do autor, 2014.

Para evidenciar o potencial turístico foram selecionadas da amostra da pesquisa, cinco propriedades (unidades familiares) com potencial turístico, sendo três da Bacia hidrográfica do Piraí e duas, da Bacia hidrográfica do Cubatão do Norte, a partir da pesquisa documental em relatórios da Fundação Turística e Secretaria Municipal de Planejamento (SEPLAN).

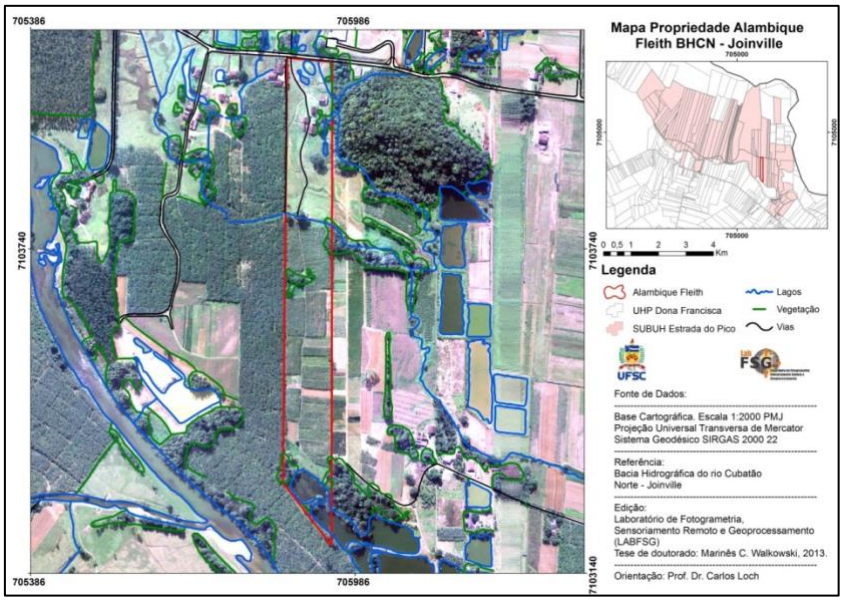
3.1 Caracterização das unidades familiares nas Bacias hidrográfica rio Cubatão do Norte e Piraí

Neste item, foi realizada uma aproximação da imagem aérea no ponto da amostra da pesquisa, inserindo a estrutura fundiária, os shapes de vias, vegetação, lagos para ilustrar a espacialização do local e um mapa com a referência da SUH. O recorte dos dados vetoriais e das fotografias aéreas foi realizado utilizando os limites da microbacia adquirido no formato digital do tipo shapefile do SIGEO-EPAGRI. Os materiais utilizados que foram obtidos no Sistema de Informações Municipais Georreferenciadas (SIMGEO) de Joinville referem-se à Restituição Aerofotogramétrica de 2010 (Base cartográfica escala 1:5.000 e Fotografias aéreas de 2010 na escala 1: 20.000) e arquivos digitais do tipo Shapefile dos pontos turísticos da microbacia em questão.

A cartografia é uma ferramenta estratégica para o planejamento territorial e desenvolvimento turístico, uma vez que auxilia no diagnóstico e na elaboração do produto turístico, por meio do levantamento de todas as informações relevantes ao planejamento como, por exemplo, o levantamento das potencialidades, dos atrativos turísticos (históricos, naturais, culturais, sociais, entre outros), o público-alvo, o mercado potencial, equipamentos turísticos, infraestrutura básica e a realidade social e econômica da comunidade trabalhada (Duque & Mendes, 2006).

A partir desta ferramenta é possível realizar o prognóstico e propor ações e estratégias que auxiliem na gestão do espaço turístico, por meio da análise de informações, como: a distribuição dos atrativos em relação aos diversos equipamentos (hospedagem e alimentação); os acessos aos atrativos e equipamentos; a infraestrutura turística e de apoio e mapeamento espacial dos principais polos emissores de turistas e seus trajetos até o local turístico; e caracterização da demanda de cada atrativo, bem como identificação de desequilíbrios entre oferta e demanda.

Figura 2
Mapa propriedade Alambique Fleith, BHCN - Joinville.

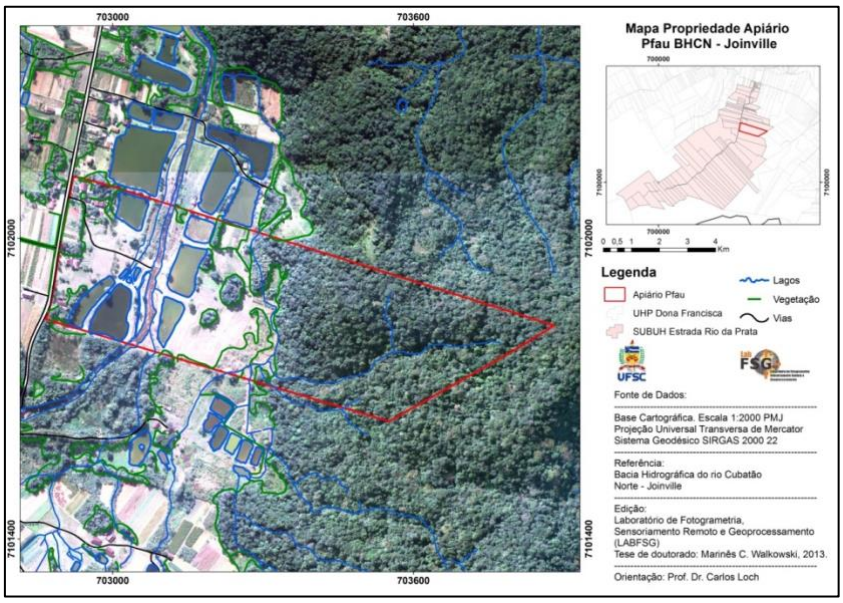


Fonte: Adaptado de SIMGEO-PMJ, 2013.

Essa unidade está localizada na estrada do Pico, s/n, e pertence à Sra. Elenice Fleith. O Alambique Fleith possui 7,4 hectares. O rio que corta a propriedade possui uma extensão de 92,60 metros e aproximadamente 3 metros de largura, podendo variar ao longo da sua extensão. A área cultivada equivale a 3,7 hectares, com 0,34 hectares de área verde e 0,49 hectares de

Lago. A propriedade se destaca pelo beneficiamento de cachaça, minimuseu com alambique de aproximadamente 200 anos. Também há produção de cana de açúcar, aipim, hortaliças, taiá, cará, ovos, peixe e galinha. A produção é orgânica e a venda dos produtos é realizada direta ao visitante.

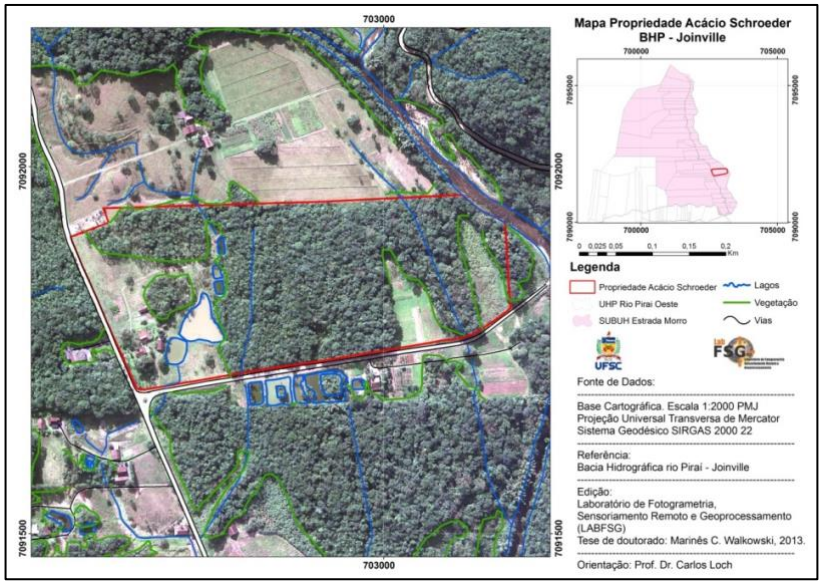
Figura 3
Mapa propriedade Apiário Pfau, BHCN - Joinville.



Fonte: Adaptado de SIMGEO-PMJ, 2013.

O Apiário Pfau está localizado na estrada rio da Prata, s/n, e pertence à Sra. Ilse Pabst. A propriedade possui 25 hectares. O rio que corta a propriedade possui 300 metros de extensão e 15 metros de largura aproximadamente, podendo variar ao longo da sua extensão. A área cultivada equivale a 0,25 hectares, com 14,142 hectares de área verde e 2,65 hectares de Lago. Oferece o serviço de turismo pedagógico e aluguel de área de lazer. Há produção de mel (possui abelhas nativas e apiários a 15 km da propriedade), tubérculos e hortaliças. A produção é orgânica e a venda dos produtos é realizada direta ao visitante e intermediários. A propriedades possui atrativos potenciais: animais (pássaros), território geográfico (trilhas), Rio da Prata para banho, lagos, museu de utensílios antigos da família e apicultura.

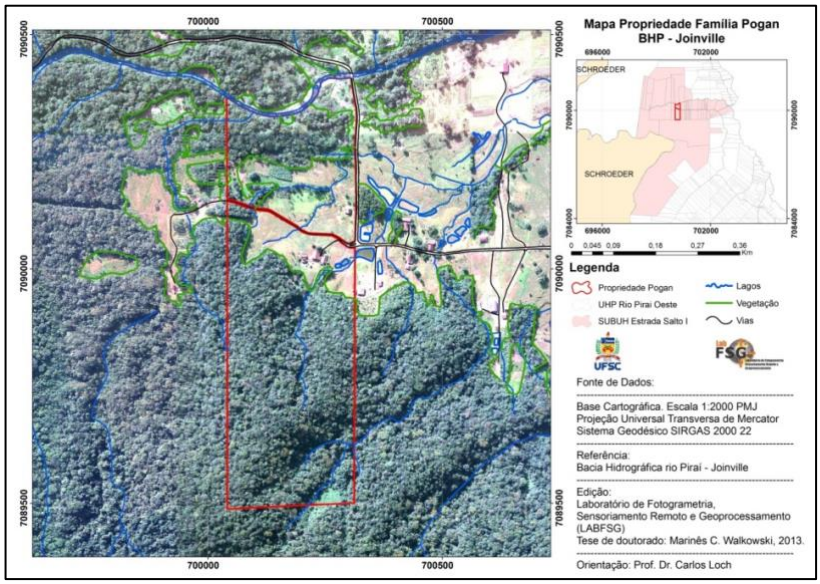
Figura 4
Mapa propriedade Acácio Schroeder, BHP - Joinville.



Fonte: Adaptado de SIMGEO-PMJ, 2013.

Na unidade familiar Schroeder, localizada na estrada dos Morros, número 1600. A propriedade possui 12,01 hectares. A área cultivada equivale a 1,2 hectares, com 8,23 hectares de área verde e 0,4 hectares de lago. São desenvolvidas atividades de visitação à produção da horta e de verduras orgânicas, galpão com espaço amplo para eventos como almoço, com banheiros e cozinha e um lago para pescaria. A propriedade também recebe crianças das escolas municipais para vivenciar as atividades agrícolas por meio do turismo pedagógico.

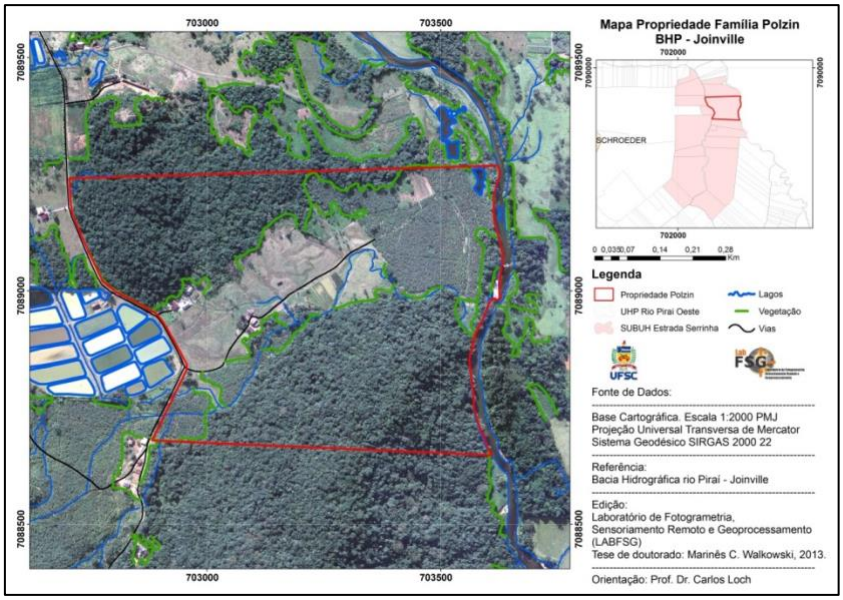
Figura 5
Mapa propriedade Pogan, BHP- Joinville.



Fonte: Adaptado de SIMGEO-PMJ, 2013.

A unidade familiar Pogan está localizada na estrada do Salto I, poste 46. A propriedade possui 23,99 hectares. A área cultivada equivale a 4,9 hectares, com 17,53 hectares de área verde e 0,03 hectares de lago. O local possui cinco rios totalizando 1027,32 metros com largura inferior a 1 metro ao longo da sua extensão. No local, são vendidos produtos coloniais como queijos e aves exóticas de diferentes espécies. O Também recebe turistas que praticam o cicloturismo e oferece alimentação sob reserva. No entorno da propriedade têm se os seguintes atrativos: cachoeiras, usina, rio para banho e propriedades agrícolas.

Figura 6
Mapa propriedade Polzin, BHP - Joinville.



Fonte: Adaptado de SIMGEO-PMJ, 2013.

A unidade familiar Polzin está localizada na estrada da Serrinha, poste 21. A propriedade possui 45,78 hectares. O rio que corta a propriedade possui 1102,97 metros de extensão e 1,2 metros de largura aproximadamente, podendo variar ao longo da sua extensão. A área cultivada equivale a 9,2 hectares, com 26,71 hectares de área verde e 0,81 hectares de Lago. No local, se podem encontrar produtos coloniais como: geleias, pães, bolos, venda de plantas ornamentais e café colonial sob reserva. No entorno da propriedade, têm-se como atrativos, um rio para banho e propriedades agrícolas.

As unidades familiares apresentam potencial para atividades ligadas ao turismo de natureza em função da quantidade de áreas verdes como ocorre na propriedade Polzin. Além disso, não há área para a venda dos produtos coloniais como feiras. As propriedades não estão estruturadas para hospedar visitantes, uma vez que, muitos ainda desconhecem o potencial do espaço rural do município.

A gastronomia tem sido explorada, em sua maioria nos cafés coloniais, sendo que as demais oferecem esse serviço sob reserva. O artesanato local é pouco divulgado e não há um trabalho eficiente de resgate das técnicas utilizadas antigamente podendo ocasionar a perda da identidade. Em relação à produção, são poucas que oferecem diversidade, com destaque para as propriedades Schroeder e Apiário Pfau, que produzem orgânicos e oferecem o serviço de turismo pedagógico, dinamizando ainda mais a oferta. Essa modalidade de turismo valoriza os modos tradicionais e proporciona um contato direto com o meio ambiente (Riva & Bertolin, 2017). Além disso, também há produção de pássaros exóticos na propriedade Polzin. Os autores Beritelli, Bieger e Laesser (2014), ressaltam que a cooperação para o desenvolvimento de produtos turísticos é uma forma de otimizar diferentes atores que podem melhorar a oferta do turismo e a competitividade do destino.

O desenvolvimento territorial expressa de forma mais ampla essas iniciativas oriundas de contextos locais/regionais, ancoradas em recursos específicos e alavancando vantagens competitivas locais aliadas à promoção de mudanças estruturais que conduzam ao bem-estar social da comunidade local (Fuini, 2012). Nesse contexto, o turismo rural visa diversificar a gestão da atividade turística nas áreas rurais, frequentemente impulsionada pela demanda dos pequenos produtores, valorizando o potencial agrícola e do campo (Santos, 2023; Diniz & Hespanhol, 2023). De acordo com Rossini et al., (2022), esse turismo deve considerar as características locais, atendendo às necessidades dos habitantes, promovendo a visibilidade do território e possibilitando o desenvolvimento econômico.

Com base nas visitas a campo, entrevistas e análise dos documentos, ressalta-se que, dentre as características naturais, as Bacias Hidrográficas possuem vias bem sinalizadas e os acessos às propriedades são considerados em bom estado. A estrutura fundiária demonstrou que o espaço rural é predominantemente de agricultores familiares, influenciando a paisagem local. A produção local é bem limitada em função das dificuldades de comercialização e atração de visitantes. Os agricultores não trabalham de forma associativa, o que agrava esses desafios.

Segundo Brambatti e Nitsche (2018, p. 71), “o planejamento e gestão de roteiros em ambientes coletivos, por associações que envolvam empreendedores e comunidades, é um paradigma emergente no turismo como o foco no desenvolvimento sustentável”. Ao trabalharem de forma colaborativa e associativa, podem promover um turismo mais sustentável, onde os benefícios econômicos serão compartilhados com todos os envolvidos na atividade turística. Além disso, a valorização dos costumes e da cultura e proporcionam o respeito e preservação do meio ambiente (Rodrigues, 2024).

Em função da proximidade com o meio urbano, observou-se um aumento da multifuncionalidade e pluriatividade no campo, limitando a criação de novas atividades de turismo e oportunidade de emprego e renda para os jovens em suas propriedades. Essas constatações corroboram com Riva e Bertolin (2017), onde o turismo no meio rural contribui para a geração de renda, melhora a qualidade de vida das famílias e incentiva a permanência dos jovens no campo.

4. Considerações finais

Nessa pesquisa, foram evidenciados os processos produtivos, buscando valorizar as propriedades e empreendimentos de turismo no espaço rural e melhor aproveitamento das parcelas existentes no espaço rural, por meio da diversificação de produtos e serviços locais e das possibilidades de cooperação, gerando os chamados sistemas produtivos localizados.

As propriedades com produção associada ao turismo na microbacia do rio Piraí se destacam pela beleza paisagística e diversidade de potenciais existentes nas mais diversas culturas que estão expressas pela produção do artesanato, da produção agropecuária, piscicultura, apicultura e pelo próprio patrimônio natural e cultural.

Observa-se que a atividade de turismo, nessa microbacia, auxilia a geração de renda complementar, a dinamização e a valorização do produto local melhorando a sua qualidade e incentivando a permanência dessas famílias de agricultores no campo. Além disso, a utilização dessas ferramentas serve de instrumento para a tomada de decisão, à medida que fornece aos gestores informações estratégicas da oferta turística, detalhamento dos principais atributos do potencial turístico, aqui representado pela produção associada ao turismo.

A análise físico-espacial nas microbacias, revelou o conhecimento das informações sobre a riqueza do território e possibilitou uma visão panorâmica e estruturada da amostra da pesquisa, ocasionando assim, novas possibilidades de potencializar o turismo no espaço rural e dinamizar a oferta de produtos e serviços, e de estabelecer estratégias de comercialização e divulgação mais eficientes.

Essas estratégias podem, então, basear-se em investimentos na capacitação da mão de obra e na inovação, qualificação dos recursos e especificação, ou pode estar assentada na redução de contingente e pagamento de salários baixos, tirando seu diferencial concorrencial no jogo de preços do mercado. A governança é, pois, um elo essencial entre a empresa e seus fornecedores, compradores e parceiros, públicos e privados.

Por fim, o método utilizado poderá ampliar pesquisas futuras, a partir do uso de ferramentas como a fotointerpretação e o geoprocessamento, na elaboração de diagnósticos mais eficazes e na proposição de planos e projetos condizentes com a realidade local, apresentando o potencial existente, ainda pouco explorado pelas instituições de gestão territorial.

Referências

Araújo, W. A., & Pires, M. M. (2023). turismo sustentável e arranjo produtivo local: mensurando a sustentabilidade ambiental na Costa do Descobrimento. *Revista Foco*. 16, (9), 01-25.

Beritelli, P., Bieger, T., & Laesser, C. (2014). The New Frontiers of Destination Management: Applying Variable Geometry as a Function-Based Approach. *Tourism of Travel research*, 53, 403–417.

Brambatti, L. E., & Nitsche, L. B. (2018). Associativismo e participação comunitária: o roteiro rural Caminhos de Guajuvira, Araucária-PR, Brasil. *Rosa dos Ventos*, 10(1), 71-83.

Brasil. Ministério do Turismo. (2011). Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Associação de Culturas Gerais. Manual para o desenvolvimento e a integração das atividades turísticas com foco na produção associada. Brasília: Ministério do Turismo.

Desjardins, D., Boucher, F., & Cerdan, C. (2006). Globalization, Competitive Advantages and the Evolution of Production Systems: Rural Food Processing and Localized Agri-food Systems in Latin American Countries. *Entrepreneurship and Regional Development*, 15, (1), 49-67.

Diniz, R. F., & Hespanhol, A. N. (2023). Paradigmas da extensão rural em questão: A política extensionista como fábula, como perversidade e como possibilidade. Estudos Geográficos: Revista Eletrônica de Geografia, Estudos Geográficos: *Revista Eletrônica de Geografia*, 20, (3), 461-481.

Duque, R. C., &; Mendes, C. L. (2006). *O planejamento turístico e a cartografia*. Campinas: Alínea.

Cassiolato, J. E, Lastres, H. M. M., & Maciel, M. L. (2008). *O foco em Arranjos Produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas.* In: Cassiolato, J. E, Lastres, H. M. M & Maciel, M. L. (Orgs.). Pequena Empresa: cooperação e desenvolvimento local. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

Cazella, A., & Carrière, J. P. (2006). Abordagem introdutória ao conceito de desenvolvimento territorial. In: Eisforia, Universidade Federal de Santa Catarina (2003), Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Agrecossistemas 1(1), Florianópolis: PPGAGR.

Censo Agropecuário 2017. Recuperado de https://censoagro2017.ibge.gov.br/, em 01 abr. 2024.

Costa, E. J. M. (2010). *Arranjos produtivos locais, políticas públicas e desenvolvimento regional.* Brasília: Mais Gráfica, 402.

Courlet, C. (2006). *Os sistemas produtivos localizados:* da definição ao modelo. In: Eisforia/Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias, Pograma de Pós-Graduação em Agrecossistemas, 1, 1, Florianópolis: PPGAGR.

Fuini, L. L. (2012). Compreendendo a governança territorial e suas possibilidades: Arranjos Produtivos Locais (APL) e circuitos turísticos. *Interações*, Campo Grande, 13,(1), 93-104.

Garcia, J. R., & Costa, A. J. D. (2011). *Sistemas produtivos locais: uma revisão da literatura*, 2005. www.fae.edu/publicacoes/pdf/IIseminario/.../iniciacao_09.pdf.

Leite, S. P., & Bonnal, P. (2011). *Análise comparada de políticas agrícolas:* uma agenda em transformação. Rio de Janeiro: Mauad X.

Lima, M. A. G., Irving, M. A., & Oliveira, E. (2022). Decodificando Narrativas de Políticas Públicas de Turismo no Brasil: uma leitura crítica sobre o turismo de base comunitária (TBC). *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, São Paulo, 16.

Lima, F. B. C., & Silva, Y. F. (2019). Turismo Comunitário e Desenvolvimento Local: uma revisão integrativa sobre a Acolhida na Colônia. *Caderno Virtual de Turismo*, 19 (2).

Marafon, G. J., & Costa, E. M. (2020). *Conceitos de cidade e campo* – da dicotomia à relação cidade-campo. In: Cidade e campo: olhares de Brasil e Portugal. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2020, 12-78. https://doi.org/10.7476/9786587949055.

Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) (2006). Desenvolvimento agrário como estratégia: balanço, MDA, 2003-2006. Porto Alegre: Nead.

Ministério do Turismo. (2024). *Plano Nacional de Turismo 2024-2027:* O turismo como protagonista do desenvolvimento sustentável e socialmente inclusivo. Brasília-DF. (Minuta preliminar submetida para apreciação do Conselho Nacional de Turismo. Versão – 19.01.2024). Recuperado de https://bityli.com/EDZR9, em 01 abr. 2024.

Ministério do Turismo. (2013). *Plano Nacional de Turismo 2013-2016*: o turismo fazendo muito mais pelo Brasil.

Ministério do Turismo. (2003). *Plano Nacional do Turismo:* diretrizes, metas e programas (2003-2007). Recuperado de https://bityli.com/Wecel, em 01 abr. 2024.

Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Joinville: Lei complementar nº 261 de 28 de fevereiro de 2008. Recuperado de http://www.ippuj.sc.gov.br/, em 01 abr. 2024.

Plano de Manejo da APA Dona Francisca, 2012. Recuperado de http://sistemaspmj.joinville.sc.gov.br/viva_cidade/areas_atuacoes, em 01 abr. 2024.

Rech, C. M. B. (2009). *Avaliação do potencial turístico no espaço rural do município de Camboriú-SC:* uma abordagem para o planejamento turístico local sob a ótica do cadastro técnico multifinalitário e análise da paisagem. Florianópolis. Tese de Doutorado em Cadastro Técnico Multifinalitário e Gestão Territorial, Universidade Federal de Santa Catarina.

Riva, G., & Bertolini, G. R. F. (2017). Perspectiva do Turismo Rural como Alternativa de Renda para Agricultura Familiar: Análise de Trabalhos Científicos. *Desenvolvimento em Questão*, 15 (38), 197–227. https://doi.org/10.21527/2237-6453.2017.38.197-227.

Rodrigues, R. F. (2024). *Paradigmas emergentes em turismo sustentável:* uma análise do potencial do turismo regenerativo. In: sustentabilidade: desafios e impactos. 1, 21-31.

Rossini, C., Fernandes, S. B. V., Uhde, L. T., Cenci, D. R., Uhde, E. M., & Oliveira, F. G. de. (2022). Revelando benefícios do turismo rural comunitário: roteiro turístico Sabores e

Saberes, Ajuricaba, RS. DRd - *Desenvolvimento Regional Em Debate*, 12, 248–264. https://doi.org/10.24302/drd.v12.3584.

Santos, B. D. N. (2023). *Análise ambiental integrada da bacia hidrográfica do Rio Miringuava:* um estudo de caso dos impactos ambientais locais. Brazilian Journal of Development, 9, (2), 6256-6275. https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/56988.

Veiga, J. E. (2003). *Cidades imaginárias:* o Brasil é menos urbano do que se calcula. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados.

Viana, J. P., & Fratucci, A. C. (2023). Planejamento e Desenvolvimento Turístico em Maricá (RJ): ações do poder público, iniciativa privada e perspectivas da população local. *Turismo: Visão e Ação*, 25, 461-481.

Walkowski, M. C., Damo, M. R. S., & Loch, C. (2017). *Projeto Acolhida na Colônia no estado de Santa Catarina-SC:* um território de identidade e turismo sob a ótica da linguagem de Padrões. Turismo: Visão e Ação, 19, (2), 319-347. https://doi.org/10.14210/rtva.v18n2.p319-34